

negociações

Economia

Risco de moratória acelera

O risco de o Governo brasileiro ter de declarar moratória, por força das pressões de importantes segmentos da sociedade brasileira, estão impulsionando as negociações do presidente do Banco Central (BC), Carlos Langoni, na capital dos Estados Unidos. Segundo informações procedentes de Washington, repercutidas em Londres, Paris e Bonn, o fato de crescer no Brasil o movimento favorável à declaração de moratória fez com que o governo norte-americano se decidisse a auxiliar financeiramente o País a resistir, até que seja assinada a nova carta de intenções entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Empresários do setor financeiro de diversas importantes cidades dos Estados Unidos têm como certo que o Brasil receberá nos próximos dias novo empréstimo-ponte de US\$ 2 bilhões, uma antecipação, para cobrir as imediatas necessidades de importação, inclusive petróleo e outras matérias-primas, e para pagamento de dívidas já em atraso, todas referentes ao débito externo nacional. Não houve confirmação da nova operação de auxílio ao Brasil, nem por parte das autoridades econômicas norte-americanas nem por parte da delegação brasileira liderada por Langoni, que está em Washington reunindo-se com técnicos do FMI e do Federal Reserve Board (o banco central dos Estados Unidos).

Langoni, que ontem mesmo dirigiu-se para Nova Iorque, para uma reunião com o Comitê Bancário Assessor, formado por 14 grandes bancos credores da dívida externa brasileira, está, segundo as mesmas notícias, iniciando a renegociação da dívida junto aos estabelecimentos de crédito privados do mercado financeiro internacional. A intenção brasileira, segundo revelado, é de conseguir uma carência de 30 meses, prazo para o Brasil começar a pagar o principal de sua dívida aos bancos privados, que seria, atualmente, de quase US\$ 87 bilhões (os restantes US\$ 8 bilhões são devidos a organizações estatais de 15 países membros do Clube de Paris).

De acordo com estes entendimentos, que não estão sendo confirmados, o Brasil só inicia o pagamento do principal de sua dívida externa em fevereiro de 1986. Até lá o País continuará pagando os juros da dívida externa, que só no ano que vem já somarão cerca de US\$ 11 bilhões 200 milhões, no mínimo, se não se alterarem as atuais taxas de juros vigentes nos Estados Unidos. Soube-se que durante as conversações de ontem à tarde, em Nova Iorque, Langoni teve de explicar, com detalhes, como é que o Brasil tem a certeza de conseguir um saldo comercial favorável de US\$ 9 a US\$ 9 bilhões e meio em 1984. E que existe a desconfiança de que essa meta é difícil de ser alcançada.

As reuniões que Carlos Langoni manteve ontem em Washington foram cercadas pelo mais absoluto sigilo. Langoni se reuniu pela manhã com o presidente da Federal Reserve Board, Paul Volcker e com o subsecretário do Tesouro, R. T. MacNamar, considerado o arquiteto das operações de ajuda ao México, Brasil e Argentina, quando explodiu o problema das dívidas externas desses países, no ano passado. Ao final dos encontros, todos os participantes guardaram reserva sobre os assuntos que foram tratados.

Fontes brasileiras em Nova Iorque informaram que Langoni também se entrevistou, ontem, com o diretor geral do FMI, Jacques de Larosière, mas essa informação não chegou a ser confirmada. Fontes financeiras disseram, porém, que De Larosière dará recomendação favorável aos bancos privados internacionais para que retomem, por sua vez, a renegociação com o Brasil, sem esperar a aprovação formal do novo programa pela diretoria-executiva do Fundo Monetário Internacional.

Enquanto Carlos Langoni mantinha uma série de reuniões com autoridades norte-americanas, ontem em Washington e Nova Iorque, alta fonte brasileira indicou que o governo, em Brasília espera a aprovação de seu pacote econômico pelo Fundo Monetário Internacional "dentro de uma semana".

A fonte disse que o Brasil recebeu indicações de que o diretor do FMI, Jacques de Larosière, assinará o último pacote econômico "dentro de uma semana", depois do que ele seguirá para a aprovação da diretoria-executiva da entidade mundial. "As negociações vão bem e a comissão bancária começou a trabalhar (na chamada segunda fase da rolagem bancária comercial do Brasil)", acrescentou a fonte.

O ministro do Planejamento, Delfim Netto, se reuniu em particular com De Larosière, que estava de férias, em Paris, na semana passada, aonde ele foi para buscar auxílio na renegociação da dívida do Brasil. Quanto ao empréstimo-ponte, uma fonte de Washington disse: "A definição de uma ponte é uma ligação entre dois pontos e a Federal Reserve não poderia fazer um empréstimo desses a menos que tivesse a garantia de que o pacote do FMI seria aprovado".